

Psicologia comunitária

Cezar Wagner de Lima Góis¹

Na América Latina, a expressão “Psicologia Comunitária” é empregada desde 1975, com o objetivo de se fazer uma nova Psicologia Social, a partir da preocupação de alguns psicólogos de distintos países latino-americanos com os escassos resultados sociais da Psicologia Social tradicional e por haver uma grande necessidade de superar os graves problemas sócio-econômicos que ainda hoje afetam a região (Abib Andery, 1984; Montero, 1994; Quintal de Freitas, 1996).

Frente à Psicologia Social tradicional que se preocupava com estudos de grupos, questões específicas da conduta, o ajustamento social, as atitudes, o estereótipo, as relações interpessoais etc. (Leyens, 1979), sem vinculá-los a seus contextos históricos-culturais, enquanto base de descrição e explicação dos dados, como também sem questionar o papel da ideologia e das relações de classe (Lane, 1981, 1984; Serrano García e Rivera Medina, 1991), surgiu um movimento no próprio interior da Psicologia Social questionando essas posturas e concepções.

O distanciamento dos modelos predominantes na Psicologia Social dos problemas sociais e sua incapacidade de dar respostas a estes problemas levaram um grupo de Psicólogos Sociais a questioná-la em seus objetivos, concepções, ações e resultados. Este movimento na Psicologia Social defendia a diversidade cultural e enfocava o contexto e a ideologia como questões que deveriam ser centrais na área. Preocupava-se também com uma relação mais ativa e comprometida dos Psicólogos com os problemas da sociedade.

Contrastando com os modelos tradicionais, novos valores sociais e humanos, originados na década de 60 (Movimentos Sociais), assim como certos estudos realizados em Psicologia que geraram novos conceitos, categorias e explicações (Moscovici, 1961; Sarason, 1974; Turner, 1975; Rappaport, 1977; Marín, 1980; Montero, 1982; Tajfel, 1982; Martín-Baró, 1983, 1994;

Lane, 1984; Bloom, 1977; e Irizarry Rodríguez, 1984), apontavam para temas e preocupações que a Psicologia Social tradicional não considerava, contribuindo desse modo para a construção de modelos de explicação e de

¹ Dr. em Psicologia pela Universidade de Barcelona.
Prof. de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

ação importantes para a mudança do panorama tradicional da Psicologia Social. Dentre esses conceitos e categorias ressaltamos: mudança social, ideologia, alienação, representação social, identidade social, sentido psicológico de comunidade, “empoderamento”, grupo social, apoio social, realidade socialmente construída, atividade, investigação-ação-participante, sujeito histórico-social, consciência crítica, conscientização etc.

Os estudos dos autores mencionados antes deram uma guinada no discurso da Psicologia Social, principalmente na América Latina e Brasil, levando com isso a uma nova rota de construção de uma Psicologia Social crítica, contextualizada, preocupada com os problemas sociais e, mais que isso, comprometida com mudanças sociais de fundo, como a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Por essa nova rota surgiram também uma Psicologia Política e uma Psicologia Comunitária que, até hoje, seguem um caminho próprio com relação ao campo maior da Psicologia Social e às novas concepções de Saúde Mental Comunitária, apesar de estarem dialética e indissolúvelmente ligadas entre si sem perder suas especificidades e perspectivas.

Concepções

Hoje em dia, frente ao crescente número de publicações na área, estamos mais próximos de uma concepção geral de Psicologia Comunitária (*Speer e outros, 1992*), de sua especificidade. Inúmeros autores caminham para uma convergência e aqui vale a pena destacá-los em razão de suas contribuições ao longo do tempo: Newbrough, 1973; Sarason, 1974; Rappaport, 1977; Goodstein e Sandler, 1978; Zax e Specter, 1974; Marin, 1980; Montero, 1982; Abib Andery, 1981; Bloom, 1973, 1977; Góis, 1984, 1988; Lane, 1987, 1989; García González, 1989; Martín González, 1989; Serrano Garcia e Rivera Medina, 1991; Sánchez Vidal, 1991, 1996; Freitas Campos, 1996; e Quintal de Freitas, 1996.

Autores, como os mencionados anteriormente, em diferentes países, vem contribuindo com esse esforço de delinear e objetivar o campo da Psicologia Comunitária. O debate é valioso, questões epistemológicas, ideológicas, teóricas, metodológicas e éticas, são postas à mesa do debate, assim permitindo a evidência de semelhanças e diferenças propiciadoras de uma abrangência consensual acerca do campo.

Podemos dizer que a Psicologia Comunitária compreende hoje um conjunto de concepções relevantes para o esforço de delimitar seu campo de análise e aplicação. A seguir, destacaremos algumas concepções que poderão servir de base para a compreensão do que já expusemos sobre a tendência para uma certa convergência na área.

. Bloom – “La Psicología Comunitaria es el campo de la Psicología que intenta resolver los problemas sociales en lugar de los problemas particulares de cada individuo.(...) campo conceptual y académico centrado en el análisis y modificación de los sistemas sociales y en la confrontación de las cuestiones sociales desde el punto de vista de la Psicología.” (1973:393);

. Newbrough – “La Psicología Comunitaria constituye un campo de la Psicología que intenta integrar el conocimiento a través de otras líneas disciplinares con el fin de desarrollar una teoría general y unificada de la conducta humana.” (1973:202). Para o autor, a Psicologia Comunitária se preocupa com as “implicaciones psicológicas de las estructuras sociales”.

. Rappaport – “Los elementos que definen la Psicología Comunitaria son la relatividad cultural, la diversidad y la ecología: la interacción entre personas y ambientes. (...) se ocupa del bienestar de las distintas subcomunidades dentro del orden social más amplio.” (1977:2 y 3);

. Abib Andery – “Cabe a Psicologia na Comunidade trabalhar nos indivíduos e grupos a visão de mundo, a auto-percepção enquanto pessoas e grupos; reexaminar hábitos, atitudes, valores e práticas individuais e coletivas, familiares e de grupo, no sentido de uma consciência mais plena de classe e de destino.” (1984:207-208);

. Sánchez Vidal – “Es el campo de estudios de la relación entre sistemas sociales – principalmente comunidades – y comportamiento humano y de su aplicación interventiva a (en lo negativo) la resolución – preferentemente preventiva – de los problemas psicosociales y (en lo positivo) al desarrollo humano integral, desde la comprensión de los determinantes socio-ambientales de ambos y a través de la modificación racional e informada de esos sistemas sociales, de las relaciones psicosociales en ellos establecidas y del desarrollo de (la) comunidad; todo ello, desde la máxima movilización posible de los propios afectados como sujetos activamente participantes en los cambios, no como objetos pasivos de ellos.” (1991:131);

. Montero – “Se trata de una psicología de la acción para el cambio, en la cual los actores principales son las personas comunes y corrientes en su cotidianidad y el psicólogo es un facilitador, no el rector de ese cambio.” (1994:17);

. Quintal de Freitas – “A psicologia (social) comunitária utiliza o enquadre teórico da psicologia social, privilegiando o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos.” (1996:73).

Uma análise realizada de 713 artigos do *Psychological Abstracts* (*American Journal of Community Psychology*, *Journal of Community Psychology* e *Journal of Community and Social Psychology*) por Hombrados Mendieta (1996), baseando-se nas análises de Speer *et. al.* (1992), revelou a seguinte tendência dos estudos empíricos em Psicologia Comunitária no período de 1989 a 1994: “*La evolución de los temas ha ido en clara correspondencia con la evolución de la Psicología Comunitaria hacia posturas más psicosociales. (...) Los temas que han de formar el contenido de la Psicología Comunitaria se han de derivar de la interacción del individuo con la comunidad. (...) Pensar la Psicología Comunitaria desde la Psicología Social*” (p. 123).

Diante de todo esse debate, consideramos que a Psicologia Comunitária está centrada em dois grandes modelos: o do desenvolvimento humano e o da mudança social (busca de alternativas sócio-políticas), os quais partem de uma visão positiva da comunidade e das pessoas. Nesses modelos está presente o reconhecimento da capacidade do indivíduo e da própria comunidade de serem responsáveis e competentes na construção de suas vidas, bastando para isso a existência de certos processos de facilitação social baseados na ação local e na conscientização.

Ainda que exista nos países do Norte uma preocupação de mudança social e de desenvolvimento humano, como na América Latina, o enfoque predominante na Europa e nos Estados Unidos é o clínico-comunitário, conforme análise feita pelo autor em 481 *abstracts* da base de dados *Psiclit*, no período de 1988 a 1998 (Biblioteca da Universidade de Barcelona, Vall d’Hebron, 1998). Enquanto isso, o que vemos nas publicações de autores latino-americanos é a tendência sócio-comunitária.

Podemos explicar esse fato pela diferença existente entre os dois contextos sócio-econômicos e políticos (riqueza e pobreza), bem como pelo maior compromisso e participação social dos Psicólogos Comunitários latino-americanos. Os Psicólogos Comunitários dos países do Sul carregam o peso de uma longa história de colonização, de governos autoritários, de exploração e de miséria (até hoje), enquanto os Psicólogos Comunitários dos países do Norte não. São razões fortes para que o modelo sócio-comunitário (ou sócio-político) e concepções

baseadas nestas condições de opressão, exploração e miséria da maioria de nossa população, sejam predominantes na Psicologia Comunitária latino-americana.

Mesmo com essas diferenças entre Sul e Norte, hoje vemos que a questão maior é compreender a Psicologia Comunitária em um marco maior, guardada as suas especificidades culturais, no sentido de sua consolidação como uma importante disciplina da Psicologia Social. Essa preocupação implica a construção de novos marcos conceituais, mais abrangentes, que fundamentem mais a busca de especificidade e objetividade da Psicologia Comunitária. A discussão gira em torno da especificidade da área, seus paradigmas, os modelos explicativos adotados e seus métodos de investigação e de intervenção. Inclui-se aí também o papel da interdisciplinaridade e da contribuição realizada por autores situados fora do eixo científico-ideológico Estados Unidos-Europa, especialmente os da América Latina e África.

Com pouca publicação na área, porém relevante, assim como pela dificuldade da língua (Espanhol e Português) e pelo etnocentrismo científico dos Estados Unidos e Europa (em geral desconhecem as nossas publicações e autores, inclusive os mais representativos), estamos ainda a reboque da discussão sobre Psicologia Comunitária numa perspectiva mundial.

Construir a Psicologia Comunitária como disciplina requer amplas discussões e contribuições de distintos países, requer uma preocupação genuína em querer fazer ciência sem arrogância etnocêntrica, como bem foi evidenciada pela Conferência Nacional sobre a formação de graduados em Psicologia (Utah, junho de 1987) e por autores como *Rappaport (1977)*.

Em meio a esse debate e apoiando-se nele, a Psicologia Comunitária avança e, progressivamente, firma-se como uma área da Psicologia Social. Pouco a pouco se diferenciou da Saúde Mental Comunitária (SMC) e da própria Psicologia Social. Desenvolve-se no interior da Psicologia Social e responde com mais especificidade: 1. às questões psicossociais decorrentes da vida comunitária; 2. às ações interdisciplinares de desenvolvimento comunitário e desenvolvimento local (trabalho e renda, saúde, educação, assistência social, ação política, ação cultural, urbanização, organização de comunidade, planejamento social, orçamento participativo e outros); 3. e à necessidade de um novo currículo em Psicologia e de uma nova formação do Psicólogo (teoria-prática-compromisso).

Psicologia comunitária na América Latina

Enquanto nos Estados Unidos a Psicologia Comunitária se originou, principalmente, como negação ao modelo médico tradicional, a partir de concepções acerca da saúde mental comunitária, na América Latina surgiu da

problematização social da própria Psicologia Social (*Anthropos*, 1994). Uma corrente da Psicologia Social contrapôs aos modelos clássicos da área (universalização, ahistoricização, descontextualização e descompromisso com os problemas concretos da população) algumas questões relativas à concepção crítica da Psicologia Social, pautadas na história, nas diferenças culturais e nas relações de dominação das sociedades latino-americanas.

Como representantes dessa corrente, temos Martín-Baró (espano-salvadorenho), Sílvia Lane (brasileira) e Maritza Montero (venezuelana). Suas obras estão voltadas para a construção de uma Psicologia Social crítica, preocupadas com a realidade dos povos da América Latina e com os caminhos de mudança dessa mesma realidade. Nessa perspectiva se evidencia a participação social e o desenvolvimento da consciência.

Nesta concepção, o indivíduo é uma realidade histórico-social que se encontra fortemente enraizado em um processo cultural que lhe é próprio, em um modo de vida social peculiar, em uma estrutura social de classes e em um determinado espaço histórico, geográfico, social, cultural, econômico, simbólico e ideológico; compreende o indivíduo vivendo em uma dada realidade concreta, físico-social, participando de uma rede de relações sociais complexas (mais além do interpessoal e do grupal) de uma sociedade de classes historicamente determinada.

O grande enfrentamento das concepções tradicional e crítica da Psicologia Social ocorreu durante o Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, realizado em Lima, Peru (1979). O debate versou, principalmente, sobre questões básicas: “De qual homem falamos?”; “De qual sociedade falamos?”; “Que Psicologia fazemos?”. Estes temas implicavam também outros temas, como a contextualização da Psicologia Social, o papel do Psicólogo Social na sociedade, a presença da ideologia nos modelos teóricos e práticos e, inclusive, as questões éticas e os próprios objetivos da Psicologia Social (Lane, 1984, 1989, 1996; Martín-Baró, 1983, 1991, 1994, 1998; Montero, 1982, 1994, 1996). Não podemos dizer que estas questões eram unicamente preocupações de Psicólogos latino-americanos. Em outros países, como nos Estados Unidos, desde a década de 60, havia também essa preocupação com relação à Psicologia Comunitária (Newbrough, 1973; Sarason, 1974; Rappaport, 1977).

A partir desses debates iniciais, a Psicologia Comunitária na América Latina veio tomando um rumo próprio e ocupando, cada vez mais, um espaço acadêmico e profissional. Para Maritza Montero, professora da Universidade Central da Venezuela, a Psicologia Comunitária latino-americana se apresenta com as seguintes características:

“Orientación hacia el cambio social en función del desarrollo individual y social; orientación hacia la solución de problemas psicosociales (relacionados con salud, vivienda, educación, ambiente, recreación, etc.); visión histórica de la Psicología y de su objeto, cuya esencia es fundamentalmente dinámica y dialéctica; marco teórico y metodológico heterogéneo, pero a la vez tendente a alimentar ideas, hipótesis y explicaciones surgidas en contacto con la realidad y que actualmente está en vías de producción de una teoría psicosocial comunitaria; la relación de investigación es entre dos actores sociales en interacción dialógica; interdisciplinaria.” (Montero, 1994: 8 y 9)

O que constatamos, ao analisar livros e artigos de Psicologia Comunitária de autores latino-americanos, é a presença de variadas formas de pensar e de fazer a Psicologia Comunitária nos distintos países (Wiesenfeld, 1999), todavia há uma evidência de fundo que nos permite compreendê-la orientada por dois modelos básicos: o modelo sócio-comunitário (predominante, influência da Psicologia Social) e o modelo clínico-comunitário (influência da Saúde Mental Comunitária). Desse modo, a Psicologia Comunitária vem se desenvolvendo na América Latina, agora questionando seu entusiasmo inicial e buscando uma maior solidez teórica, dado o predomínio de suas práticas sobre a elaboração de seu corpo teórico (Serrano-Garcia e Vargas Molina, 1992). Não obstante, não relega seus modelos e influências iniciais, mas sim os desenvolve para a realidade atual. Podemos dizer com isso que a Teologia da Libertação, a “Cultura da Pobreza”, a Pedagogia do Oprimido e a própria Saúde Mental Comunitária, continuam sendo importantes na articulação teoria-prática-compromisso social em Psicologia Comunitária e no que buscamos como objetivos maiores da área, a seguir apresentados:

- a. O desenvolvimento dos moradores enquanto sujeitos da comunidade (potenciação, empoderamento e desenvolvimento humano).
- b. O desenvolvimento da comunidade como instância ativa do poder local, da auto-sustentabilidade e do crescimento endógeno do lugar, município ou região.
- c. A construção da Psicologia Comunitária dentro do enquadre teoria-prática-compromisso social.

Atualmente, vemos que começa a haver um maior intercâmbio entre os Psicólogos Comunitários dos países do Sul e do Norte, uma aproximação que aos poucos vem gerando uma maior convergência entre as diferentes concepções e práticas, como no que diz respeito ao sentido ético da vida social, a uma concepção ativa das pessoas na comunidade e a uma relação de compromisso entre Psicólogo Comunitário e a construção de uma sociedade mais humana, mais distributiva e mais justa para todos (Montero, 1999).

Psicologia comunitária no Brasil

O contexto sócio-econômico brasileiro e seus contrastes, explicam bem o porquê da importância da mudança social e dos valores de libertação na Psicologia Comunitária em nossa terra.

Contrastando com a riqueza do país, com o porte de suas cidades principais, com seu parque industrial e seu avanço científico-tecnológico, são comuns situações de desrespeito à vida e à dignidade. Morrem crianças e adolescentes assassinados, presos são torturados em cárceres degradantes, mulheres e meninas se prostituindo por um prato de comida. As injustiças são grandes e muito há que se fazer, pois o problema da exclusão social vem de muito longe em nossa história (Alencastro, 1996).

O contraste entre riqueza e miséria (desigualdade social) está presente em todas as regiões do país, principalmente no Nordeste, o qual reflete a situação nacional, porém de modo mais grave. De uma região rica (século XVIII) passou a uma situação de pobreza e miséria, apesar dos resultados econômicos positivos das duas últimas décadas. O dinamismo econômico que marcou os últimos quinze anos não conseguiu reverter ou diminuir a grave situação dos indicadores sociais nordestinos, fato este explicado pelo modelo de desenvolvimento implantado faz décadas no país (Bacelar de Araújo, 1997) e pelas práticas “coronelistas” da região.

A situação de grande parte dos brasileiros é de miséria e injustiça, tanto na cidade como no campo. Este último apresenta uma situação de conflito de longa história (Rugai Bastos, 1984) e que pouco a pouco se estende aos meios urbanos.

O problema agrário do nosso país está na concentração de terra, uma das maiores do mundo, no latifúndio improdutivo, no poder político das oligarquias rurais e no pouco interesse do governo atual em levar a cabo uma profunda reforma do campo baseada em uma séria e combativa política agrícola.

Como conseqüência de políticas perversas, de injustiças, da presença do privado no público e da grande concentração da riqueza, hoje se vê um quadro no campo cheio de miséria e indignação, um quadro de tensão que, a cada dia, revela suas contradições com mais violência e impulsiona os trabalhadores sem terra a buscar formas de expressão e luta mais profunda e combativa, como através do MST (Movimento dos Sem-Terra), um movimento social que integra uma visão local e rural dos problemas sociais com uma visão nacional e mundial da realidade dos excluídos sociais. É, ao mesmo tempo, um movimento baseado na luta de classes, na ética e na ecologia.

O que quer o Sem-Terra? Quer terra em seu lugar de origem, em seu mundo

cultural e social; quer reintegrar-se como agricultor nesta sociedade que lhe excluiu, não como concessão das elites políticas e econômicas, mas sim por sua própria conquista da terra com os outros companheiros identificados também como Sem-Terra. Todos querem a reforma agrária, querem construir uma identidade social (Tajfel, 1982; Turner, 1987; Javaloy, 1996) de agricultor cooperado e renunciar à identidade social de oprimido, de excluído social, de Sem-Terra, de condenado da terra (Fannon, 1983).

A Psicologia Comunitária adquire sua particularidade a partir desse contexto histórico-social e econômico. Surge da problematização psicossocial da vida dos brasileiros, realizada por psicólogos comprometidos com a busca de soluções para os graves problemas sociais do país.

Sua origem se remonta à década de 60, não com esse nome, mas por meio de diversas concepções e práticas de Psicologia existentes dentro do Serviço Social e dos movimentos comunitários de saúde e de educação, ações estas realizadas em geral para assistir à população pobre e reduzir a tensão social gerada pela concentração da riqueza e produção da miséria. Quanto à própria Psicologia, nesta década, havia um esforço de socializá-la junto à população, pois em geral a atuação do psicólogo estava limitada às classes média e alta (CFP, 1988, 1994).

A construção da Psicologia Comunitária em nosso país se baseou em modelos teóricos e práticos da Psicologia Social integrados, principalmente, a modelos da Sociologia, da Educação Popular e da Ecologia. Assim como a Psicologia Social, esses modelos, também, buscavam uma maior compreensão do papel da ideologia e do Estado nas relações econômicas, sociais e humanas, papel esse no sentido de reforçar concepções e práticas assistencialistas e de controle social, comuns na ação governamental, nos serviços sociais e, inclusive, em muitos dos programas de extensão universitária.

A Psicologia Comunitária começou como Psicologia na comunidade, através de trabalhos realizados em vários Estados brasileiros, dentre eles os realizados por professores, alunos e psicólogos de Belo Horizonte. Vale ressaltar a experiência pioneira da Universidade Federal de Minas Gerais sob a coordenação do Prof. Pierre Weil, em 1974. Esta universidade incluiu em seu currículo de Psicologia a disciplina de Psicologia Comunitária, cujo enfoque maior era o da ecologia humana (Bomfim, 1989).

Nos anos 70, também, a Psicologia Comunitária ganhou um enfoque sócio-político a partir dos trabalhos de Abib Andery e de Sílvia Lane. Entramos nos anos 80 com o rumo mais claro, quanto a ser uma Psicologia e não uma outra disciplina da área social, assim como ser um trabalho eminentemente ideológico e político-partidário. Essa clareza deu-lhe mais identidade acadêmica e profissional.

Nos anos 90, consolidou-se como disciplina acadêmica e como profissão, levando a um grande incremento das práticas na área e, também, a uma diversidade epistemológica, teórica e metodológica.

Alguns desses trabalhos empregam o nome “psicologia comunitária” e outros adotam as expressões que, de certo modo, fazem parte da história da Psicologia Comunitária, ou seja: “Psicologia da Comunidade” (Bender, 1978), “Psicologia de Comunidade” (Serrano García e Rivera Medina, 1991), “Psicologia na Comunidade” (Abib Andery, 1984) e “Psicologia Social Comunitária” (Marin, 1980; Montero, 1982; Irizarry Rodríguez, 1984). Cada autor justifica o uso da expressão que propõe ou adota, mas o que verificamos nessas explicações é que todas estão dentro do espectro de estudo da Psicologia Comunitária. Os argumentos apresentados estão muito mais relacionados a enfoques distintos em um mesmo campo de preocupações e buscas, que de fato relacionado a áreas distintas de estudo. Quintal de Freitas (1996) explica as diferenças entre as expressões do seguinte modo:

. *Psicologia na Comunidade* – reação à crise com relação aos modelos importados e elitistas, além da preocupação em vincular a Psicologia à vida da população mais pobre;

. *Psicologia da Comunidade e Psicologia de Comunidade* – relativa às práticas com respeito às questões de saúde e aos movimentos de saúde mental;

. *Psicologia Social Comunitária* – busca diferenciar-se da Psicologia Comunitária de prática assistencial originada nos Estados Unidos. Para isso adota o enquadre teórico da Psicologia Social crítica desenvolvida nos anos 70 na América Latina.

O que se pretende estudar em Psicologia Comunitária faz do termo “psicologia comunitária” o mais apropriado dos mencionados anteriormente, pois esta inclui, de fato, tanto as preocupações de uma Psicologia voltada para a população mais pobre, como as questões de saúde mental comunitária e de ação sócio-política-pedagógica. Obviamente, sua base conceitual não se encontra na Psicologia Clínica ou no modelo de saúde mental comunitária da Psiquiatria. Suas novas raízes estão fincadas na Psicologia Social e suas construções teóricas e práticas são cada vez mais próprias, não obstante ter um caráter interdisciplinar. Está voltada, principalmente, para o desenvolvimento humano e a mudança sócio-política de uma realidade psicossocial caracterizada por relações de dominação e de exclusão social, denominada de “Cultura da Pobreza” (Martín-Baró, 1998).

Com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO – em julho de 1980, sob a coordenação de Sílvia Lane, surgiu um espaço de discussão sobre a relação entre Psicologia Social, ideologia e sociedade, assim ampliando e aprofundando o debate tanto em Psicologia Social como em Psicologia Comunitária, inicialmente no I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, realizado em 1981 pela ABRAPSO – Regional de São Paulo.

Os temas discutidos não fugiam do que ocorria na América Latina, mas a relação com os movimentos sociais era mais acentuada que em outro país. Havia, também, um maior compromisso tanto com as mudanças sociais, como com a conscientização e a luta popular.

Segundo Quintal de Freitas (1996), algumas características devem ser consideradas hoje em Psicologia Comunitária no âmbito de nosso país. Vejamos: a) os trabalhos na área perderam seu caráter clandestino da época da Ditadura (1964-1984); b) abertura do Estado à problemática social e à participação social, inclusive convidando os profissionais da área para contribuir com a solução dos problemas sociais; c) institucionalização do espaço do Psicólogo junto à população mais pobre; e d) busca de novos modelos teóricos e de ação, principalmente na Psicologia Social crítica, assim contrastando com os modelos da Psicologia Clínica e Social tradicionais.

Atualmente, a Psicologia Comunitária continua sua luta por um reconhecimento maior, não obstante sua presença nos cursos de Psicologia (graduação e pós-graduação), em instituições oficiais de ação social, em Prefeituras, em ONGs e nos movimentos sociais. Além disso, se constata o aumento de publicações na área, como podemos ver na revista “Psicologia e Sociedade” (<http://www.psicologiaesociedade.com.br>) da ABRAPSO e nos anais de congressos de Psicologia Social (Congresso da ABRAPSO) e de Encontros de Psicologia Comunitária, como é o caso dos Encontros Nordestinos de Psicologia Comunitária, realizados desde 1992.

A Psicologia Comunitária no Ceará

Sua história tem como ponto de partida as práticas de Psicologia junto à população pobre, aqui denominadas de Psicologia Popular (Góis, 1984), uma psicologia comprometida com a luta comunitária e baseada em algumas concepções e métodos provenientes da Psicoterapia (Rogers, Moreno, Fannon e Loyello), da Educação (Freire), da Sociologia (Borda e Touraine), da Biodança (Toro e Góis), da Teologia da Libertação (Gutiérrez e Boff) e da nossa própria experiência na área.

Sua data de surgimento é outubro de 1980, data da realização do curso de formação de animadores populares para a alfabetização de adultos, cujo objetivo era o de criar dezenas de círculos de cultura nos bairros da periferia de Fortaleza no sentido tanto da alfabetização como da organização e luta comunitária.

A Psicologia Comunitária no Ceará começou como engajamento social do autor, de profissionais de educação e de outras áreas identificados com o tema e de estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, sob a coordenação do primeiro em conjunto com uma educadora popular (Ruth Cavalcante). No início seu objetivo era o de aproximá-la, assim como ao curso de Psicologia da UFC, da população pobre do Estado, neste caso, da periferia de Fortaleza (Bairro do Pirambu). Os primeiros trabalhos foram de alfabetização de adultos e, logo a seguir, trabalhamos com grupos de jovens considerados marginais e dependentes de drogas.

Como já havíamos mencionado, nessa época denominávamos a nossa atuação de Psicologia Popular, uma psicologia mais prática que teórica. Pouco a pouco, transformou-se em Psicopedagogia Popular, uma integração entre Psicologia Popular e Educação Popular. Somente em 1987 passou a denominar-se propriamente de Psicologia Comunitária, aí integrando as idéias de Lane, Freire, Rogers, Fannon, Borda, Martín-Baró, Loyello, Vigotsky, Leontiev, Luria, Boff, Dussel e Toro, mais as idéias de Góis e Cavalcante, constituindo então, a partir daí, seu marco teórico e uma articulação entre teoria, prática e compromisso social (Góis, 1987, 1993b).

A Psicologia Comunitária no Ceará se construiu contextualizada e foi, dentro do processo político de derrubada da Ditadura e da participação popular, que começou a crescer tanto no meio acadêmico (disciplina curricular de graduação, Núcleo de Psicologia Comunitária, práticas de extensão) como no interior dos movimentos sociais urbanos e rurais do Estado (assessoria, facilitação de grupos de lideranças e treinamento em organização comunitária).

As palavras e expressões do quê fazer da Psicologia Comunitária no Ceará apontavam para modelos de participação social, mudança sócio-política e desenvolvimento do sujeito comunitário. Essas palavras-chaves fazem parte do universo vocabular da nossa concepção de Psicologia Comunitária. Eis algumas delas: vida comunitária, espaço comunitário, processo comunitário, vivência comunitária, dramatização da vida coletiva, identidade comunitária e pessoal, atividade comunitária, sujeito da comunidade, processo do reflexo psíquico do modo-de-vida da comunidade, cotidiano particular, representações sociais, apropriação, sentido de comunidade, níveis de consciência, conscientização, afetividade social, ideologia de submissão e resignação, valor e poder pessoais, caráter oprimido, ação instrumental, ação comunicativa, diálogo problematizador, corporeidade vivida, inserção, contextualização, desenvolvimento histórico-social

da mente, materialidade do mundo, investigação-ação-participante, círculo de cultura, círculo de encontro, mudança sócio-política, ação político-pedagógica, ética, cidadania, desenvolvimento local compartilhado e auto-sustentável, análise e vivência da atividade comunitária, relações de dominação e opressão e exploração.

Ao longo de sua construção, a Psicologia Comunitária buscou dar respostas mais profundas à vida dos moradores das comunidades, respostas psicossociais ao drama comunitário, respostas à problemática sócio-econômica e ideológica, não no sentido de “psicologizar” essa realidade, senão fazer ver que há uma dimensão marcadamente psicossocial na dinâmica comunitária e que se relaciona com o campo da Psicologia Social e da Psicologia Comunitária, como, por exemplo, o problema da identidade social de oprimido ou de excluído social, como também o problema da consciência e da conscientização.

Desse modo, entendemos que o desenvolvimento de comunidade deve incluir, prioritariamente, o desenvolvimento do sujeito da realidade comunitária, não o seu ajustamento social à ideologia dominante e nem, simplesmente, a mudança instrumental da comunidade. Por isso a importância da Psicologia Comunitária, como uma abordagem que se orienta por uma mudança social libertadora, a partir das próprias condições (atuais e potenciais) de desenvolvimento da comunidade e de seus moradores. Assim, o fundamental é a compreensão e realização de seus potenciais de desenvolvimento humano e social.

Conceber a Psicologia Comunitária nessa perspectiva permite-nos tratar mais integralmente a relação entre práticas comunitárias e Psicologia, a relação entre atividade comunitária e funções psicológicas superiores, ou mesmo reconhecer a importância e aplicação da teoria da atividade (Leontiev, 1978, 1982), do conceito de zona de desenvolvimento próximo (Vigotsky, 1996), do conceito de desenvolvimento culturalmente diferenciado do pensamento (Luria, 1990), da base de orientação ativa – BOA (Galperin, 1982), da conscientização (Freire, 1980) e do método de investigação- ação-participante (Salazar, 1992; Brandão, 1985, 1987).

Outro aspecto importante a considerar na Psicologia Comunitária no Ceará é o modelo de articulação comunidade-municipalidade, o qual nos permite compreender a comunidade em uma dinâmica inter-comunitária própria da vida municipal. Aqui, o Município ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento da comunidade e no fortalecimento da identidade pessoal e social dos moradores da comunidade.

Entendemos o município como um lugar vivo, dinâmico e concreto para as pessoas, no qual nascem, residem, se encontram, muitas vezes trabalham, casam

e, também, morrem. É nele que ocorre toda uma rede de interesses e de ações sociais, políticas, econômicas, afetivas e simbólicas, constituindo assim um espaço físico-social privilegiado para a construção de cidadãos e básico para o desenvolvimento de uma nação (Franco, 1995).

O município é um lugar de participação social direta, efetiva e afetiva, um lugar de mediações diretas entre o indivíduo e sua realidade, entre pessoas, entre grupos, um espaço visível de relações comunitárias e inter-comunitárias, no interior dos movimentos sociais e com as próprias instituições locais. O município é um espaço cotidiano visível e próximo como o da comunidade, porém mais abrangente e fundamental no trato das questões comunitárias e para o desenvolvimento da comunidade e de seus moradores (Góis, 1995*).

Nossa concepção de Psicologia Comunitária

Pretendemos apresentar aqui a nossa concepção de Psicologia Comunitária, fruto de uma caminhada de 21 anos de estudos e de práticas nas comunidades urbanas e rurais do Ceará (práxis) e de variados autores anteriormente mencionados.

Construímos uma Psicologia Comunitária dentro do marco da Psicologia Social latino-americana e dos modelos de mudança social e de desenvolvimento humano. A definimos como:

- a. uma área da Psicologia Social
- b. voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos implicados aí.
- c. Tem por objetivo o desenvolvimento do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo-de-vida da comunidade,
- d. através de um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento dos grupos e da própria comunidade.

A Psicologia Comunitária estuda os significados e sentidos (Vygotski, 1991; Leontiev, 1982; Luria, 1977), assim como os sentimentos pessoais e coletivos acerca da vida na comunidade. Além disso, estuda o modo como esse sistema de significados, sentidos e sentimentos, se encontra nas atividades comunitárias e nas condições gerais da vida dos moradores na comunidade, no município e no conjunto da sociedade.

Podemos dizer que a Psicologia Comunitária estuda o modo-de-vida da comunidade e de como este se reflete e muda na mente de seus moradores, para

de novo surgir, transformado, singularizado, em suas atividades concretas no cotidiano da comunidade. Isto significa, também, compreender as necessidades dos moradores e a importância do compromisso que o Psicólogo Comunitário tem com a comunidade que estuda e/ou atua.

Portanto, a Psicologia Comunitária deve preocupar-se com as condições psicossociais da vida da comunidade (internas e externas) que impedem aos moradores construírem-se como sujeitos de sua comunidade e as que os fazem sujeitos dela, ao mesmo tempo em que, no ato de compreender e compartilhar a vida comunitária com seus próprios residentes, trabalhar com eles a partir dessas mesmas condições, na perspectiva da autonomia e liberdade dos que ali moram.

O problema central, então, não é a relação entre saúde e enfermidade, prevenção e tratamento, mas sim a construção do morador como sujeito da realidade (Vygotski, 1983; Lane, 1984), neste caso, do sujeito da comunidade (Góis, 1987, 1993^a), isto é, aquele que se descobre (compreende e sente) responsável por sua história e pela história da comunidade e que as constrói mediante sua atividade prática e coletiva no mesmo lugar em que vive e faz história de sofrimento, luta, encontro, realização e esperança.

Na construção do sujeito da comunidade está implicada a compreensão do morador de que ele é responsável pela realidade histórico-social na qual vive e que, também, é capaz de transformá-la em seu próprio benefício e no de toda a coletividade. Por reconhecer seu valor pessoal e seu poder pessoal (Góis, 1984), o morador-sujeito se descobre capaz de influir no sistema de ação histórica (Touraine, 1980) de sua coletividade e da sociedade maior.

O sujeito surge da atividade de superação das contradições sociais em que vive, como consequência do desenvolvimento de sua prática social local.

Para Vygotski, Freire e Lane, o indivíduo ao transformar a realidade se apropria cada vez mais dela e, por conseguinte, passa a conhecê-la muito mais, torna-se, assim, sujeito de sua história, de sua realidade, quer dizer, percebe-se responsável por seu caminho, junto com os demais e, também, mediatizado por eles em sua relação com o mundo.

O sujeito da comunidade tem uma consciência aprofundada no mundo histórico-social e adota uma atitude crítica frente a realidade.

No ato de construir seu lugar de vida, descobri-lo, conquistá-lo, apropriar-se dele, mediante uma prática coletiva de cooperação, o morador consegue rasgar o véu que impede a conscientização e embota sua capacidade de aprofundar sua consciência no mundo. Sua prática passa a ter sentido, para ele mesmo e para os demais, ao ser por ele decodificada e depois codificada com novos sentidos, mais seus, portanto, mais profundos, mais dinâmicos, mais transformadores, mais vivos.

Isto significa passar da semi-intransitividade à transitividade da consciência. Nas palavras do Sr. Pascoal, trabalhador rural de Pedra Branca, Município do Ceará, esta passagem *“é como uma árvore, cresce e ninguém a ver crescer; só quando já está grande é que todo mundo a vê.”*

O que distingue o sujeito da comunidade do indivíduo submisso e dependente que ali vive, é que o primeiro tem uma consciência transitiva que lhe permite compreender o modo de vida de sua comunidade e de si mesmo, além de reconhecer seu valor e poder para desenvolvê-la e desenvolver-se numa perspectiva dialógica e solidária, rompendo cada vez mais uma ideologia de submissão e resignação (Góis, 1984) e uma cultura da pobreza (Martín-Baró, 1998), construída por séculos de opressão e exploração. Frente às relações de dominação ele não se entrega, senão busca em cooperação com os demais moradores mudar a situação de suas vidas oprimidas. Por outro lado, o indivíduo submisso e dependente é aquele que tem uma consciência parcial da realidade, alienada (Mészáros, 1981), vive por meio da dependência e submissão às forças externas (naturais e sociais), sem compreender-se e sentir-se capaz de realizar mudanças pessoais e coletivas no sentido da autonomia de si mesmo e de sua comunidade. Não se reconhece capaz, tornou-se um indivíduo-objeto.

Enfocando desse modo o desenvolvimento do morador, a Psicologia Comunitária no Ceará considera em seu campo de atuação alguns conceitos-chaves que lhe permite uma maior compreensão da vida comunitária, em seus aspectos coletivos e pessoais. Fazem parte do nosso universo conceitual as seguintes palavras-chaves: identidade social (Tajfel, 1972; Turner, 1987); sujeito da história (Vygotski, 1983; Lane, 1984); relação dominador-dominado, conscientização, diálogo problematizador, consciência crítica (Freire, 1980); atividade e consciência (Vygotski, 1983; Leontiev, 1982; Luria, 1990); identidade pessoal (Toro, 1982; Ciampa, 1987; Góis, 1995b); atividade comunitária, modo de vida da comunidade, ideologia de submissão e resignação, caráter oprimido, afetividade social, valor e poder pessoais (Góis, 1984); sentido de comunidade (Sarason, 1974); ação local (Franco, 1995); empoderamento (Rappaport, 1977); laços e apoio social (Kessler, 1985); e competência da comunidade (White, 1959).

Reconhecemos que nossa concepção de Psicologia Comunitária contém, também, valores arraigados nas ciências sociais acerca do desenvolvimento humano e social em nosso país, valores baseados na história, no sofrimento e miséria de nosso povo, bem como numa ideologia de mudança social radical. Porém, isso não invalida o pensar científico nas ciências humanas e sociais, pois sabemos o lugar que esses valores e ideologia ocupam em nosso compromisso social e em nossa prática científica; além disso, está claro para nós que não há ciência social sem valores e ideologias, e nem por isto perde seu caráter e mérito científicos. O

importante é que as questões relativas a este tema possam ser debatidas e clarificadas, não camufladas em uma aparente neutralidade e objetividade das teorias e concepções na área das ciências humanas e sociais.

“Hay siempre una incorporación y transmisión, directa o colateral (prescripción disfrazada de descripción), de valores e ideologías sociales determinadas; de opciones, posiciones y elecciones que van desde la temática elegida a los modelos y métodos utilizados (por no referirnos a los contenidos, conclusiones e interpretaciones resultantes. (...) En cualquier caso, la Psicología Comunitaria ha asumido, desde un principio, la importancia de los valores (‘su razón de ser – indica Rappaport, 1984 – es una confrontación con los valores sociales y profesionales establecidos...(y) su seña de identidad la preocupación acerca de sus valores’ p. 210), como un aspecto estructural clave del quehacer científico y social.” (García González, 1989:70)

O sentido último da Psicologia Comunitária, a nosso ver, é a contínua busca da humanização por parte dos moradores de uma comunidade, pois esta nos parece ser a vocação do sujeito por reconhecer-se incompleto e capaz de superar-se como ser humano que de fato o é (Freire, 1980).

Referências

- Abib Andery, Alberto (1981). Psicologia na Comunidade no Brasil, *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade da ABRAPSO*, São Paulo, 1981: 11-13.
- Abib Andery, Alberto (1984). Psicologia na Comunidade, in Lane y otros, *Psicología Social: o homem em movimento*, 5ª ed., 1984, São Paulo, editora brasiliense: 203-208;
- Alencastro, Luís F. (1996). Entrevista, *Revista Veja*, edição 1444, ano 29, nº 20, S.P., Editora Abril, p.64.
- Anthropos (1994). Psicología Social Latinoamericana: Una visión crítica y plural, Barcelona, *Revista Anthropos*, Editorial Anthropos.
- Bacelar de Araújo, Tânia (1997). O Nordeste brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas, *monografia*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco/SUDENE.
- Base de Datos Psiclít (1998). Abstracts de *Psicología Comunitaria: de 1988 hasta 1998*, Biblioteca de Vall d’Hebrón, Universidad de Barcelona.
- Bender, Mike P. (1978). Psicologia da Comunidade, RJ, Zahar Editores.
- Bloom, B.L. (1973). Community mental health: A historical and critical analysis, *Morristown*,

General Learning Press.

- Bloom, B.L. (1977). *Community mental health: A general introduction*, 2ª, 1984, Monterrey, Brooks/Cole.
- Bomfim, Elisabeth M. (1989). *Notas sobre a Psicologia Social e Comunitária no Brasil*, Revista Psicologia e Sociedade, nº 07, Belo Horizonte, ABRAPSO, 1989: 42-46.
- Brandão, Carlos R. (1985). *Pesquisa Participante*, S.P., Editora Brasiliense.
- Brandão, Carlos R. (1987). *Repensando a Pesquisa Participante*, S.P., Editora Brasiliense.
- Ciampa, Antônio da C. (1987). *Estória do Severino e História da Severina*, S.P., Editora Brasiliense.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (1988). *Quem é o Psicólogo Brasileiro?*, S.P., EDICON.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (1994). *Psicólogo Brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação*, S.P., Casa do Psicólogo.
- Fannon, Frantz (1952). *Peau Noire, Masques Blancs*, Paris, Editions du Seuil (trad. de Maria Adriana da S. Caldas, Pele Negra, Máscaras Brancas, Bahia, Editora Fator, 1983).
- Franco, Augusto (1995). *Ação Local*, Rio de Janeiro, Editora Ágora.
- Freire, Paulo (1968). *Pedagogia do Oprimido*, 10ª edição, 1981, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, Paulo (1973). *¿extensión o comunicación? La concientización en el medio rural*, 18ª edición, 1993, Ciudad de México, siglo veintiuno editores.
- Freire, Paulo (1980). *Conscientização*, S.P., Editora Moraes.
- Freitas Campos, Regina H.; e outros (1996). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*, (org.), R.J., Vozes.
- Galperin, P. Ya. (sin fecha y otros datos del original). *Introducción a la Psicología* (trad. de Josefina López Hurtado, La Habana, Editorial Pueblo y Educación, 1982).
- García González, J.A. (1989). *Cuestiones y modelos teóricos en Psicología Comunitaria*, en Martín González y otros, 1989, *Psicología Comunitaria*, 2ª ed., Madrid, Visor, 1993: 67-85.
- Góis, Cezar Wagner de L. (1984). *Por uma Psicologia Popular*, Revista de Psicologia, vol. 2, nº 1, Ceará, Editora UFC, 1984: 87-122.
- Góis, Cezar Wagner de L. (1987). *Reflexões em Psicologia Comunitária*, Revista de Psicologia, nº 6, Ceará, Editora UFC, 1988: 23.
- Góis, Cezar Wagner de L. (1993a). *Noções de Psicologia Comunitária*, Ceará, Edições UFC.
- Góis, Cezar Wagner de L. (1993b). *Lo que es Psicología Comunitaria*, Anales de la 3ª Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria, Valencia, 1993: 15.
- Góis, Cezar Wagner de L. (1995a). *MAM-CE*, Ceará, Imprensa Oficial do Governo do Estado do Ceará.

- Góis, Cezar Wagner de L. (1995b). *Vivência: caminho à identidade*, Ceará, Editora Viver.
- Goodstein, L.D.; y Sandler, I. (1978). Using Psychology to promoting human welfare: A conceptual analysis of the role of Community Psychology, *American Psychologist*, nº 33, 882-892.
- Hombrados Mendieta, María I. (1996). *Introducción a la Psicología Comunitaria*, Granada, Ediciones Aljibe.
- Irizarry Rodríguez, A. (1984) – Reflexiones en torno a la historia de la Psicología de Comunidad, artículo no publicado, *Universidad de Puerto Rico*, 1984:1-24.
- Javaloy, Federico (1996). *Nuevas perspectivas sobre el comportamiento colectivo*, monografía, Universidad de Barcelona.
- Kessler, C.; Price, R.H.; y Worthmann, C.B. (1985). *Social factors in psychopathology*, *Annual Review of Psychology*, nº 36, 531-572.
- Lane, Sílvia T. M. (1981). *O que é Psicologia Social*, 15ª ed., 1989, S.P., Editora. Brasiliense.
- Lane, Sílvia T.M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia, in Lane, Sílvia T. M.; Codo, Wanderley; e outros (1984), *Psicologia Social: o homem em movimento*, 5ª ed., 1987, São Paulo, editora brasiliense: 10-19.
- Lane, Sílvia T.M. (1996). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil, en Freitas Campos e outros. *Psicologia Social Comunitaria: da solidariedade à autonomia*, Rio de Janeiro, Vozes, 1996: 17-34.
- Leontiev, A. N. (1975). Sin título, Moscú, Editorial Politizdat (trad. de Lybrade Leyve y otros, *Actividad, Conciencia y Personalidad*, La Habana, Editorial Pueblo y Educación, 1982).
- Leontiev, Alexis (1959). *Les développement du psychisme*, Editions Sociales (trad. de Manuel Dias Duarte, o desenvolvimento do psiquismo, Lisboa, Livros Horizonte Universitario, 1978).
- Leyens, Jacques-Philippe (1979). *Psychologie Sociale*, Bruxelas, Pierre Mardaga (trad. de Isabel Braga e Antonio Santos, *Psicologia Social*, Lisboa, Edições 70, 1988).
- Luria, A. R. (1974). *Sin datos* (trad. de Luiz Mena Barreto, Marta Kohl Oliveira, Miriam M. M. Andrade e Regina Heloisa Maciel, *Desenvolvimento Cognitivo*, São Paulo, Ícone Editora, 1990).
- Luria, A.R. (1977). *Lasik & Sosnania, sin datos* (trad. de Diana Myriam Lichtenstein e Mário Corso, *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*, Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1987).
- Marín, Geraldo (1980). Hacia una Psicología Social Comunitaria, *Revista Latinoamericana de Psicología*, vol. 12, nº 1, 1980: 171-180.
- Martín González, A.; Chacón Fuertes, F.; Martínez García, M.; y otros (1989). *Psicología Comunitaria*, 2ª edición, 1993, Madrid, Visor.
- Martín-Baró, Ignacio (1983). *Acción y Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*, San Salvador, UCA Editores.

- Martín-Baró, Ignacio (1991): Métodos en Psicología Política (en Maritza Montero, coord., *Acción y Discurso: Problemas de Psicología Política en América Latina*, Caracas, Eduven, 1991: 39-58).
- Martín-Baró, Ignacio (1994). Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño, *Anthropos*, nº 156, Barcelona, 1994: 38-43.
- Martín-Baró, Ignacio (1998). *Psicología de la Liberación* (org. Amalio Blanco), Madrid, Editorial Trotta.
- Meszáros, István. (1981). *Marx: a teoria da Alienação*, R.J., Zahar Editora.
- Montero, Maritza (1982). Fundamentos teóricos de la Psicología Social Comunitaria en Latinoamérica, *Boletín de la AVEPSO*, Caracas, vol. V, nº 1, 1982: 15-22.
- Montero, Maritza (1994). Entre el asistencialismo y la autogestión: la Psicología Comunitaria en la encrucijada, *Intervención Psicosocial*, vol. III, nº 7, Madrid, Colegio Oficial de Psicólogos, 1994:7-19.
- Montero, Maritza (1996). Paradigmas, corrientes y tendencias de la Psicología Social finisecular, *Revista Psicologia e Sociedade*, São Paulo, ABRAPSO, 1996: 102-119.
- Montero, Maritza (1999). Psicología Social Comunitaria, vidas paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos, *Ontología de la materia de Psicología Comunitaria*, Guadalajara, Jalisco, 1999: 1-18.
- Moscovici, Sèrge (1961). *La Psychanalyse: Son image et son public*, 10ª ed., 1976, París, Presses Universitaires de France.
- Newbrough, J. R. (1973). Community Psychology: A new holism, *American Journal of Community Opsychology*, 1, 201-211.
- Quintal de Freitas, Maria de Fátima (1996). Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária, *Psicologia e Sociedade*, ABRAPSO, vol. 8, nº 1, jan/jun 1996: 63-82.
- Rappaport, J. (1977). *Community Psychology: values, research and action*, N.Y. Holt, Rinehart and Winston.
- Rugai Bastos, Elide (1984). *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Salazar, María Cristina (1992). La investigación-acción participativa: Inicios y desarrollos, *Madrid, Editorial Popular*.
- Sánchez Vidal, Alipio (1991). *Psicología Comunitaria: bases conceptuales y operativas, métodos de intervención*, 2ª edición, 1991, Barcelona, PPU.
- Sánchez Vidal, Alípio; y Musitu Ochoa, Gonzalo (1996). Intervención Comunitaria: aspectos científicos, técnicos y valorativos, *Barcelona, EUB*.
- Sarason, S. B. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a Community Psychology*, San Francisco, Jossey-Bass.
- Serrano-García, Irma; y Rivera Medina, E. (1991). La Psicología de Comunidad en América Latina, en Sánchez Vidal, Alípio. *Psicología Comunitaria: bases conceptuales y operativas, métodos de intervención*, Barcelona, PPU, 1991: 173-193.

- Serrano-García, Irma; y Vargas Molina, R. (1992)– *La Psicología Comunitaria en América Latina: Estado actual, controversias y nuevos derroteros*, Ponencias del Congreso Iberoamericano de Psicología, *Colegio Oficial de Psicólogos*, 1992: 114-128.
- Silvestri, Adriana; y Blanck, Guillermo (1993). *Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia*, Barcelona, Editorial Anthropos.
- Speer, P.; Dey, A.; Griggs, P.; Gibson, L.B.; y Hughey, J. (1992). In search of community: An analysis of community psychology research from 1984-1988, *American Journal of Community Psychology*, nº 2, 195-209.
- Tajfel, H. (1982). *Social Identity and intergroup relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Toro, Rolando (1982). *Coletânea de Textos de Biodança*, (org. de Cezar Wagner de Lima Góis e outros), 2ª ed., 1991, Editora ALAB.
- Touraine, Alain (1980). *Palavra e Sangue*, S.P., Editora UNICAMP, 1982.
- Turner, J.C. (1975). Social comparison and social identity: some prospects for intergroup behaviour, *European Journal of Social Psychology*, nº 5, 1975: 5-34.
- Turner, J.C. (1987). *Rediscovering the social group. A self-categorization theory*, Oxford, Basil Blackwell Ltda. (trad. de Pablo Manzano, Redescubrir el grupo social, Madrid, Ediciones Morata, 1990).
- Vygotski, L. S. (1924-1934). *Obras Escogidas*, vol. I, dirección de A. R. Luria, Moscú, Editorial Pedagógica, 1982 (trad. de A. Alvarez y P. Del Río, Obras Escogidas, Madrid, Centro de Publicaciones del MEC y Visor Distribuciones S. A., 1991).
- Vygotski, L.S. (1983). *Sobranie Sochinenii Tom Tretii. Problemi Razvitia Psijiki*, Moscú, Editorial Pedagógica, vol. III (trad. de Lydia Kuper, Obras Escogidas: Problemas del desarrollo de la psique, vol. III, Madrid, Visor, 1995).
- Vygotski, Lev S. (1924-1934). *Mind in society the development of higher psychological processes*, dirección de Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner y Ellen Souberman, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1978 (trad. de Silvia Furió, El desarrollo de los procesos psicológicos superiores, Barcelona, Hurope, 1996).
- White, R.W. (1959). Motivation reconsidered: The concept of competence, *Psychological Review*, nº 66, 297-333.
- Wiesenfeld, E. (1999). Paradigmas de la Psicología Social-Comunitaria Latinoamericana, *Antología de la materia de Psicología Comunitaria*, Caracas, 1999:1-20.
- Zax, M.; y Specter, G.A. (1974). *An introduction to Community Psychology*, N.Y., Wiley.